

## AFINAL, SOMOS MATO-GROSSENSES OU MATOGROSSENSES ?

*Germano Aleixo*

Não conhecesse, como de fato conheço, ao acadêmico Pedro Rocha Jucá, diria que, com seu artigo “Qual o certo: matogrossense ou mato-grossense”, publicado nos jornais de Cuiabá, pretendia, mais que tudo, polemizar. Creio, inclusive, que nem mesmo o articulista se tenha dado conta: curiosamente, a primeira e a última palavras, usadas nesse texto, a isso se referem. Assim o principiou: “A polêmica não é recente”. Da mesma forma, sua conclusão se revelou pedra de toque, diamantizando a exposição dos seus argumentos, ainda que, aos olhos de quem não priva do seu relacionamento, possa ela transparecer um convite ao pseudocuiabanismo. Vale trazê-la à consideração: “Por que a continuidade de um hífen que os mato-grossenses rejeitam e os mato-grossenses polemizam?”. É o caso de nos perguntarmos: foi apropositada a colocação desses termos, convidando-nos a uma polêmica? Tenho para mim que ele conseguiu, ao menos, botar o dedo nesta chaga. Quem sabe, uma vez por todas, venhamos a adotar um procedimento comum, independentemente de nosso nível de escolaridade ou, até mesmo, de nossa origem.

Não foi sem propósito: invertamos a ordem do título. Na seqüência proposta pelo acadêmico Pedro Rocha Jucá, “matogrossense ou mato-grossense”, vislumbro também aí um ato intencional. O autor desde logo se posiciona: acolhe a grafia matogrossense, cognominando-se defensor confesso da corrente tradicionalista. Por nos adequarmos à posição dos dicionaristas, quando do título demos prioridade ao termo mato-grossense, hifenizando-o.

Qualquer professor de Língua Portuguesa se vê, constantemente, assediado por seus alunos, com perguntas as mais diversas. Até parece deva ser ele um manancial inesgotável de informações, onde o consulente pode abeirar-se, qualquer dia, qualquer hora, para aí beber o néctar da verdade. Daí por que, vezes sem conta, nos perguntam a grafia da palavra

mato-grossense, portadora ou não do hífen, que também admite a variante hifem. Não obstante professor dessa disciplina, não somos donos da verdade. No expender os motivos que alicerçam nossa posição, pretendemos, a exemplo do que propusera o jornalista Jucá, contribuir para que a uma conclusão cheguemos. Longe de nós querermos ter o monopólio da verdade. O grande escritor Alexandre Herculano cimenta nosso entendimento: “No indivíduo, a pretensão à infalibilidade é ridícula”.

No capítulo “formação de palavras”, a gramática centra seu interesse no processo de derivação, notadamente os casos relativos à prefixação e sufixação, e no processo de composição. No que toca à composição, ocorre justaposição quando os radicais não sofrem nenhuma alteração gráfica, quer venham hifenizados quer não. Sejam exemplos porco-espino (aqui com hífen) e passatempo. O termo mato-grossense a esse grupo se filia. Ele não se enquadra no processo de aglutinação, o segundo tipo de composição, dado que nesse caso os radicais se amalgamam, se fundem, com a alteração de um deles: aguardente (água + ardente), vinagre (vinho + acre). Lanço mão do Dicionário de Lingüística, de Zélio dos Santos Jota: “Na aglutinação, como se vê, pelo menos o primeiro elemento perde sua inteireza morfológica, ou fonética, o que a distingue da justaposição”.

Por se tratar de justaposição, caso em que os radicais se põem um ao lado do outro, conservando a mesma pronúncia que possuíam em separado, nada de novo obtivemos para nossa conclusão, uma vez que este processo acoberta palavras com hífen ou sem ele. Em razão disso, poderíamos ter, à luz desta primeira investida, tanto mato-grossense quanto matogrossense. Já que o problema está focado no hífen, convém lembrar que, no português contemporâneo, tem ele funções nem sempre fácil de pô-las em prática, particularmente no que concerne aos compostos.

A argumentação primeira de que se socorrem os tradicionalistas, é que o radical “grossense”, por não ter vida própria, não pode ser usado independentemente. Fosse isso verdade, a forma correta seria matogrossense, forçosamente sem hífen. No entanto, a tese de que “grossense” inexistente, como termo independente, sucumbe a uma simples consulta a dicionários. Vá lá ao Aurélio que, se não o melhor, com certeza é o mais utilizado, e você topará com o termo grossense. No Rio Grande do Norte temos a cidade Grosso. Dizemos grossense ao natural ou habitante de

Grosso. Mesmo que o dicionário não agasalhasse essa palavra, o sistema lingüístico a acolheria, por muito bem formada: ao radical grosso anexamos o sufixo -ense, designativo de origem ou naturalidade. Portanto, já que “grossense” tem vida própria, nada impede que venhamos a ter matogrossense, onde dois radicais independentes se associam para formar um outro, com sentido próprio.

O controvertido adjetivo “imexível”, empregado pelo ex-ministro do Trabalho Magri, não era tão ruim quanto se imaginou. Trata-se de um neologismo, em nada diferente de outros tantos que no dia-a-dia se formam. Só não foi incorporado aos dicionários, porque temos sinônimos que a contento o substituem: intocável, intangível. Daí ser dispensável. No entanto, à luz da gramática era bem formado, por termos aí o prefixo negativo i (do latim in, cujo n se assimilou ao m seguinte), o radical mex e o sufixo -vel, em tudo e por tudo elementos de nosso idioma. Se o sistema apadrinha “imexível”, não vejo por que não possa abrigar também “grossense”, inclusive como mero adjetivo.

Para legitimar o adjetivo pátrio sem hífen, a corrente tradicionalista afirma que “a palavra matogrossense, assim grafada, foi reconhecida através dos tempos em nomes de instituições e empresas públicas e particulares”. Fosse assim, por que motivo não continuamos a escrever Mato-Grosso, assim grafado desde a Capitania? Mudamos. Alguma razão deve haver. Coerência, nos dias que correm, parece já não ser virtude. É tão-só enfeite, pormenor. Que razão teríamos nós a defender a grafia matogrossense, sem hífen, lutar com todas as armas para que essa forma, em nosso meio, em nosso Estado, suplantasse a concorrente mato-grossense, se os brasileiros de outros rincões, ao consultarem os dicionários à mão, continuassem a empregar mato-grossense, já que esta, e não outra, é a forma grafada nos dicionários? Doutra lado, qual o sentido de termos um matogrossense, assim grafado, dissociado de outros adjetivos pátrios, com os quais guarda a mesma configuração, todos eles hifenizados: porto-alegrense, espírito-santense, rio-grandense, santa-mariense, joão-pessoense ... No Estado vizinho ao nosso, que há bem pouco foi pedaço integrante deste outro Mato Grosso, residem os mato-grossenses-do-sul. Bem mais. Em sua Capital estão os nossos irmãos campo-grandenses. Aqui, contudo, ficamos nós mato-grossenses. Se não esquisito, ao menos pouco

compreensível.

Apresento em definitivo, a regra dos adjetivos pátrios, que se referem a um topônimo: continente, país, região, Estado, cidade. Não se confunde com adjetivo gentílico, dado que este se refere apenas a raças e povos: hunos, latinos, judeus. Aquele dá idéia de lugar, por isso é pátrio. Conclui-se que brasileiro, paulista, gaúcho, carioca e mato-grossense são adjetivos pátrios. Pois bem, vamos à regra. Mnemonicamente, costume dizer: **quem perde não tem, mas quem mantém, tem**. Explico-me: se o adjetivo pátrio, em sua composição, perde alguma letra, não tem hífen. Digo estadunidense, sem hífen, porque houve perda de letra. Se, em contrário, a palavra composta mantém a sua grafia inalterada, ela tem hífen. Daí dizermos norte-americanos, com hífen, porque não houve perda de letra.

Quem nasce em Ribeirão Preto (SP) é o quê? Com a palavra o professor Luiz Antonio Sacconi, em sua Gramática Essencial Ilustrada: “É **riberopretano**, embora dicionários haja que registrem também as formas **ribeirão-pretano** e **ribeirão-pretense**. Mas na cidade não existe nem um **ribeirão-pretano** sequer, ainda que exista a Academia **Ribeirão-pretana** de Letras. Note: os acadêmicos, que têm como um dos deveres cultivarem a língua, ainda escrevem o suspeito adjetivo sem o necessário hífen. É uma ironia, sem deixar de ser também uma enorme tristeza! Ribeirão Preto é ainda conhecida como a Capital da Cultura...”.

Alguém poderia perguntar: a propalada reforma que está a vir, acabando de vez com o trema e, parcialmente, com o hífen, não vai excluí-lo no caso da palavra mato-grossense? Tudo diz que sim. Isso não significa, no entanto, devamos nos antecipar a esse acordo que, a princípio, se nos afigura por demais tímido. Mais. Passados vinte e cinco anos, ainda não conseguimos assimilar, satisfatoriamente, a última reforma de 18 de dezembro de 1971.

Julgo seja, de todo recomendável, que nos atenhamos ao que os dicionários, no seguirem a gramática, apresentam. Bem por isso, devemos empregar a forma mato-grossense (com hífen), para não excluirmos o adjetivo pátrio, referente ao nosso Estado, de tantos outros que continuam sendo usados e, não sei por quê, sem polêmica.

Por essa e outras, advogo a forma mato-grossense. Fosse partidário da grafia matogrossense, estaria, sem sentido nenhum, tentando

preservar uma tradição. Todavia, o nosso Mato Grosso, agora sem hífen, que por tantos anos ficou alijado, sobretudo por força da distância, das regiões mais aquinhoadas, caso viesse a adotar a forma matogrossense, voltaria a se alijar de novo, em nome de uma pretensa cultura. Bem mais. Nossa obstinação, nossa teimosia em grafar matogrossense, sem hífen, faria com que incorrêssemos em um deslize gramatical. Valeria a pena? Estou que não. Sou **mato-grossense** (com a grafia hifenizada), e disso não abro mão. Nunca é demais recordar o poeta Carlos Drummond de Andrade:

*"Acho que estou ficando velho. Ainda uso as conjunções, admito a existência do á-bê-cê e obedeço à gramática ..."*

**Germano Aleixo** é professor de Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é presidente estadual da CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade).